



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO COM
GESTORES, COORDENADORES E PROFESSORES

Aluna: Ivone Oliveira Alexandrino

NATAL – RN

2016

CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO COM
GESTORES, COORDENADORES E PROFESSORES

Por
Ivone Oliveira Alexandrino

Artigo Científico apresentado ao Curso de
Pedagogia à distância do Centro de
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura
em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Géssica Fabiely Fonseca (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Me. Louize Gabriela Silva de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Me. Cláudia Roberto Soares de Macedo
Secretaria Estadual de Educação

NATAL/RN

RESUMO

O objetivo desse estudo é: descrever as percepções de professores acerca da sexualidade na educação infantil. Quanto aos aspectos metodológicos trata-se de uma pesquisa qualitativa. Definiu-se como lócus da pesquisa a Creche Municipal no Município de Currais Novos/RN. O instrumento de coleta de dados foi o questionário. Os participantes da pesquisa foram: gestores, coordenadores e professores. Utilizou-se como aporte teórico os conceitos de Freud (2006) e autores que apresentam a articulação da sexualidade e a educação. Os resultados apresentam as percepções dos profissionais e a ausência de abordagens no contexto da educação infantil acerca da sexualidade humana. O estudo conclui que a sexualidade é uma dimensão essencial ao desenvolvimento do ser humano, e que está presente em todas as fases da sua vida, com manifestações inconscientes principalmente na infância

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade, Educação Infantil, criança.

Sumário

1.INTRODUÇÃO	5
2. ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DA SEXUALIDADE	6
2.2 A CHEGADA DA CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA	9
2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	12
3.METODOLOGIA.....	18
4.RESULTADOS	19
4.1 O LÓCUS DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	19
4.2 CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA SALA DE AULA.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERENCIAS	28

1.INTRODUÇÃO

A temática sexualidade está presente nos processos de socialização. Faz-se necessário compreender as relações dessa temática com as práticas pedagógicas. O debate acerca desse tema não se restringe a adolescência, atravessa todas as fases do desenvolvimento humano, desde a infância até a velhice. Esse trabalho apresenta esse tema relacionado à educação infantil.

Em seus estudos e investigações sobre o desenvolvimento psicológico, Freud (2006), descobriu que a maioria dos pensamentos e desejos reprimidos, estavam ligados a conflitos de ordem sexual, e estes estavam localizados nos primeiros anos de vida do indivíduo, isto é, que na vida infantil estavam as experiências traumáticas, que se configuravam com sintomas atuais e deixava marcas profundas na estruturação da pessoa. Essas descobertas deixam a sexualidade no centro da vida psíquica e é postulada a existência da sexualidade infantil (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

A sexualidade é um tema que suscita muitas indagações e ao mesmo tempo percebe-se uma forte resistência por parte da sociedade nas discussões acerca das manifestações de conhecimento do corpo e da sexualidade. Os estudos de Freud sobre o desenvolvimento psicosexual abalaram a sociedade vienense, pois ressaltava uma concepção de infância relacionada aos aspectos da sexualidade como dimensão constante na construção da consciência. (ZORNIG, 2008). Essas manifestações ocorrem no convívio escolar e podem ser visualizadas nas interações das crianças com os adultos e seus pares.

Percebe-se a partir dessas alusões, a importância em trazer essa discussão para o ambiente escolar, onde o professor neste espaço torna-se o principal mediador ou orientador desta realidade. As crianças necessitam de olhares que não os julguem, mas que os orientem diante de ações tão inocentes.

As discussões sobre sexualidade vêm sendo um desafio que permeia a prática pedagógica dos docentes das diferentes áreas e dos diferentes níveis da educação. A Educação Infantil não foge à regra. São inúmeros os desafios sobre a sexualidade que se apresentam em sala de aula. Inquietando-se com essa realidade, viu-se a necessidade de perceber como os professores da Educação Infantil lidam com essas situações em sala de aula.

Acredita-se que esse trabalho pode contribuir de forma significativa nas orientações e formação dos educadores ao que se concerne a sexualidade das crianças, ao mesmo tempo em que os leva a uma reflexão de sua prática no entorno da temática. Como também pode fomentar as discussões em relação à reformulação da proposta pedagógica da instituição onde ocorreu o estudo, no tocante ao tema sexualidade na infância. Partindo do exposto a discussão em pauta fará uma investigação acerca da sexualidade no contexto da Educação Infantil e suas implicações na prática docente, dos professores de uma instituição de educação infantil no Município de Currais Novos/RN.

Com base nas assertivas acima, o objetivo desse trabalho é: descrever as percepções de professores acerca da sexualidade na educação infantil.

2. ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DA SEXUALIDADE

Os estudos da psicologia apresentam uma diversidade conceitual acerca da sexualidade e suas implicações para o desenvolvimento humano. Freud nas suas obras ressalta o estudo da sexualidade humana e suas implicações para o desenvolvimento psicológico.

A sexualidade proposta por Freud é uma sexualidade ampliada e radicalmente diferente da concepção naturalista predominante no final do século XIX, quando a normalidade sexual era definida pela sexualidade adulta e a consumação do ato sexual referida a fins de reprodução. (ZORNIG, 2008, p. 74).

Observa-se a partir desta afirmação que Freud amplia a sexualidade, saindo de uma concepção puramente biológica para uma definição psicológica, na qual as manifestações da sexualidade se constituem como dimensões relevantes para o inconsciente e consciente humano.

Nas palavras de Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 233): “Para Freud, a busca do prazer é a maneira que temos para dar vazão ao forte impulso sexual que chamamos de libido.” Com essas afirmações e conceitos, a sexualidade vai sendo delineada como objeto de conhecimento da psicanálise como uma das abordagens

da psicologia para explicar o comportamento e o desenvolvimento das capacidades psicológicas do homem.

Almeida e Centa (2008, p. 72) apresentam a sexualidade como um dos pilares do comportamento humano, nas palavras das autoras: “a sexualidade faz parte da vida de todos os indivíduos, e embora muitas vezes velada ou mal resolvida, não podemos deixar de mencioná-la ou tentar ignorá-la.” De acordo com as autoras, a sexualidade humana está associada à aceitação ou repressão social trazendo implicações para as diferentes manifestações e fases individuais do desenvolvimento psicosexual do indivíduo.

Quanto a essas manifestações individuais, o documento mencionado a seguir apresenta a concepção de Freud sobre sexualidade:

Freud afirma que “a sexualidade não é aprendida pelo indivíduo, mas ela se manifesta de forma espontânea. A criança traz em si a sexualidade quando vem ao mundo”. Ele explica que alguns comportamentos sexuais são normais em crianças e enfatiza, especialmente, que esses comportamentos não ocorrem apenas por motivo de curiosidade ou de consolo, mas porque são manifestações da identidade sexual inata e pessoal por meio de um processo gradual de identificação. (BRASIL, 2014, P. 60).

Os comportamentos sexuais são processos que ocorrem com as crianças relacionados a descoberta do corpo, bem como é parte integrante da constituição da identidade sexual do sujeito. Freud no processo de análise e escuta identificou que a sexualidade estava associada a comportamentos e manifestações na vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos se constituindo como elementos subjetivos no comportamento e personalidade dos seres humanos.

No processo de desenvolvimento da criança a sexualidade não se expressa a partir da erotização imersa na nossa cultura, mas como processo simbólico de conhecer o corpo. Nas palavras de Prioste (2010, p.23)

Abordar a sexualidade da criança implica considerar a relação com o corpo e com a palavra, considerar as curiosidades essenciais que emergem em idade precoce: De onde vim? Quem eu sou? O que é ser homem? O que é ser mulher? O que desejam de mim? (...) O real que irrompe no corpo pode ser instrumento profícuo para o debate sobre a sexualidade. Pode ser o primeiro passo para movimentar a cadeia de significantes, despertar o interesse e a curiosidade dos alunos, estruturando saberes sobre o corpo, a mente, os relacionamentos interpessoais e a cultura.

Partindo do citado, é importante respeitar a curiosidade da criança e iniciar esse processo por algo que seja, ou esteja mais perto da realidade da mesma, neste caso o seu próprio corpo. Também partindo deste viés, os educadores podem se utilizar deste instrumento sem que aja um despertar de desta sexualidade.

A concepção de sexualidade na obra freudiana não se restringe as finalidades biológicas da reprodução humana (NUNES; SILVA, 2006; LEITÃO, 2015).

Esses instintos vão influenciar diretamente no desenvolvimento e na formação da vida psíquica do ser humano, como também em todas as relações que esse ser vai estabelecer durante toda a sua vida. É também a partir destas relações que a criança vai descobrindo e se descobrindo, adquirindo segurança que será fundamental na sua idade adulta. Desto desta perspectiva de construção de identidade Schultz, traz suas inferências:

O homem constrói sua própria natureza, ou seja, o homem produz a si mesmo. A sexualidade humana mostra essa autoconstrução, já que pode encontrar uma gama variada de formas de relacionamento sexual em diferentes culturas. (SCHULTZ, 2004, p. 27).

Segundo a autora, a autoconstrução se associa aos momentos de satisfação e insatisfação dos anseios e desejos nas relações com a cultura, sociedade e os pares. Essa autoconstrução se relaciona com o desenvolvimento psicosssexual na infância:

Freud por exemplo, concebe o desenvolvimento da libido na criança como um processo paulatino, que se inicia nos primeiros momentos da vida humana e que apresenta um caráter difuso. (SCHULTZ 2004, p. 27).

Tais alusões apontam que a função sexual existe desde o princípio da vida na sua dimensão biológica, contudo se reveste dos aspectos sociais e culturais. Na acepção psicanalítica a sexualidade não se restringe ao comportamento sexual genital, amplia-se o sentido do sexual como motor do inconsciente delineando subjetividade.

Em termos educacionais, o conhecimento da psicanálise pode contribuir nas interfaces subjetividade e desenvolvimento infantil. Outro aspecto mencionado é a

mediação do professor nos contextos de escolarização de explicar as crianças acerca dos aspectos da sexualidade humana:

É fundamental que a sexualidade seja discutida o mais precoce possível, pois é um assunto que normalmente gera muita polemica e ideias contraditórias, entretanto, discuti-la permite, desde cedo, que as crianças e adolescentes cultivem hábitos saudáveis, esclareçam dúvidas e falem de questões pertinentes à sua própria saúde. (ALMEIDA E CENTA, 2008, p. 72).

É importante ressaltar que as crianças necessitam conhecer todo esse campo da sexualidade e suas implicações para o desenvolvimento psicológico e para os comportamentos nos diversos ambientes sociais.

E essa discussão deve ser de responsabilidade dos adultos que cuidam e estabelecem vínculos com a criança nos diversos contextos. Brasil (2014, p. 59) traz algumas contribuições a esse respeito: “Esse sentimento de incômodo difuso, no mundo adulto, faz com que a sexualidade infantil entre no esquecimento, que sua problemática seja adiada e que se considerem apenas os aspectos patológicos da sexualidade infantil”.

Percebe-se a responsabilidade da escola na discussão dessa temática tanto no que se refere a sexualidade como dimensão psíquica, bem como aos comportamentos sexuais. A ausência de educação sexual pode acarretar em vivências sexuais, gravidez indesejada, abusos e suas implicações para o estado psicológico de crianças e adolescentes, bem como, influenciar no ensino e aprendizagem no contexto escolar.

2.2 A CHEGADA DA CRIANÇA NA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA

Inicia-se neste momento da vida da criança um novo desafio, este agora um pouco distante dos pais e muito próximo de outras pessoas, que em sua maioria não faziam parte do seu convívio habitual. Quanto a isso os Referenciais Curriculares traz:

O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes (RCNEI, 1998, p. 13).

É também nos espaços das instituições de Educação Infantil onde se inicia todo o processo de socialização das crianças, e com ele todo o processo de transformações. De acordo com os RCNEI (1998) A capacidade das crianças de terem confiança em si própria e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas oferecem segurança para a formação pessoal e social. Favorecendo assim a oportunidade de saber escolher e assumir pequenas responsabilidades, quando for necessário. São essas interações estabelecidas no decorrer desse processo de inserção que vão fazer com que a criança estabeleça vínculos afetivos com os adultos e com as demais crianças do seu convívio, contribuindo assim para o seu desenvolvimento social.

Durante esse processo de socialização a criança vai estabelecendo vínculos, desenvolvendo laços afetivos e construindo segurança para conviver nesse novo ambiente. O envolvimento das crianças nas realizações das atividades lúdicas como: as brincadeiras, o faz de conta, os contos de fadas, onde as fantasias ganham assas, o domínio pelos brinquedos explicitam a diversidade de pulsões e transferências de energias da infância. Essa mesma autora traz no bojo de sua obra a alusão às fantasias infantis a partir dos brinquedos e brincadeiras, que são tão comuns na Educação Infantil. O autor Bettelheim (2002) em sua obra *A psicanálise dos contos de fadas*, também faz importantes inferências a esse respeito:

Com isso, a criança adequa o conteúdo inconsciente às fantasias conscientes, o que a capacita a lidar com esse conteúdo. É aqui que os contos de fadas têm um valor inigualável, conquanto oferecem novas dimensões à imaginação da criança que ela não poderia descobrir verdadeiramente por si só (BETTELHEIM, 2002, p. 07).

A apropriação e o conhecimento desses princípios, por parte dos educadores é fundamental para essa convivência. Observar a criança e sua reação ao novo ambiente, verificar o choro, a fala, o brincar e a interação da mesma com as

demais crianças, vai favorecer essa relação. Tais comportamentos, já podem ter um significado dentro das relações que serão construídas.

Nota-se que essa pulsão neste contexto não está ligada ou subordinada a sexualidade da criança e que a mesma ainda continua em processo de investigação. Lidar com questões tão delicadas e complexas, necessita-se de buscar conhecer a criança e suas reações a tantas manifestações.

Nota-se nesta fala a intensidade e a importância da presença da mãe para o desenvolvimento da criança. A mãe é vista pela mesma como seu primeiro amor a quem lhes é dado os seus principais presentes e sentimentos, entre eles alguns são descritos nas fases do desenvolvimento Psicossocial Freud (2006) as mordidas no seio da mãe, na fase oral (a dor da mãe provoca prazer na criança), as fezes na fase anal, são dadas a mãe depois da evacuação como presente, pequenos gestos de amor.

As impressões trazidas a partir de vários olhares e pensamentos, alimentam e permeia ainda mais as indagações acerca de como é abordado o tema sexualidade na infância, por parte dos educadores que desenvolvem suas práticas pedagógicas na Educação Infantil e lidam diretamente com todas essas manifestações.

Uma construção de ideias, que apontam para a fantasia, o desejo, a simbologia, a energia, o desejo pelo objeto, pela posse desse objeto, ou seja, sempre existe um querer, um experimentar. Essas são manifestações que estão ligadas de forma direta a sexualidade. Freud (2006) no início do século XX chamou todas essas manifestações de impulsos sexuais infantis. Ele deixou para Melanie Klein a responsabilidade de estudar de forma sucinta esses processos na vida das crianças e fazer a ponte com a educação.

Os jogos simbólicos, onde as crianças podem desempenhar vários papéis, inclusive a representação dos adultos, podendo ser, mãe, pai, filho, levam os pequenos a um mundo que não é próprio de sua situação de criança. Porém a brincadeira vai oportunizar essa realidade. Também neste momento segundo Klein (1987) a erotização observada em situações anteriores certamente irá fazer parte dessa brincadeira. É nessa oportunidade que as manifestações sexuais se tornam mais evidentes e comuns. A curiosidade e o despertar dessa sexualidade, muitas vezes aforada pelo meio, e vai Intensificar ainda mais a busca por respostas, que na

maioria das vezes não são dadas. Ainda sobre essas ações em sala de aula, os RCNEI, lembra que:

Do ponto de vista da criança, porém, não é necessário que ela tenha presenciado cenas ou a representação de cenas de sexo nos meios de comunicação para que se envolva em explorações ou jogos sexuais. A motivação para essas brincadeiras pode vim exclusivamente de curiosidade e desejos, integrantes de um processo normal de desenvolvimento. RCNEI (1989, P. 18)

Assim sendo, as ações naturais e involuntárias das crianças, não podem ser jamais interrompidas de forma agressiva ou punitiva, a naturalidade neste contexto vai proporcionar as crianças a liberdade e construção da autonomia.

A partir das discussões nutridas com os vários autores e documentos nacionais, foi observada que a sexualidade infantil é uma manifestação natural e inconsciente, que pode ocorrer com as crianças nas várias fases de sua vida (FREUD, 2006), e também pode se manifestar em qualquer lugar, inclusive nas salas de aula de Educação Infantil, já que o espaço de interações constantes pode favorecer. Portanto agora é importante conhecer e entender como se pautam as diretrizes desta modalidade de ensino quanto ao tema sexualidade infantil, dada vista a sua importância na vida das crianças.

2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil brasileira está associada às diferentes concepções de infância, ensino e aprendizagem. Os direitos e políticas educacionais direcionadas as crianças são permeadas por muitas lutas e conquistas. Brasil 2013 traz algumas inferências quanto ao contexto histórico da educação infantil :

A construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento á infância, marcado por diferenciações em relação á classe social das crianças. Enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares. BRASIL (2013, p.81)

A diferenciação do assistencialismo e das finalidades pedagógicas da educação para a infância demarcaram buscas pela o ideal da educação igualitária e de qualidade para todas as crianças, independentemente de classe social. Percebemos marcos na legislação brasileira que foram imprescindíveis para os avanços.

Apresentaremos a trajetória histórica da educação infantil na legislação brasileira. No Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse documento sugeria que os estabelecimentos em que trabalhasse o quantitativo mínimo de trinta mulheres, com mais de 16 anos, deveria oferecer local apropriado, onde as empregadas pudessem guardar, sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

Deixando claro neste contexto que a expansão de instituições de assistência as crianças estavam diretamente associadas a inserção da mulher no mercado de trabalho que ocasionava a necessidade de espaços para as crianças permanecerem enquanto as mães trabalhavam.

Já no final do século XX é possível visualizar a organização e implementação de políticas públicas que permearam a inclusão da Educação Infantil como um dos níveis da educação básica brasileira.

As instituições de assistência e apoio a criança tem respaldo na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4024/61). Essa Lei propõe a incumbência às empresas de organizar instituições para o atendimento às crianças, filhas de funcionários das empresas.

Porém, o intenso debate sobre a infância e a educação infantil desenvolvido nas décadas de 70 e 80 foi fundamental para que fossem introduzidas mudanças significativas no âmbito legal, cuja consumação se deu na própria Constituição Federal, promulgada em 1988.

No artigo 208 da Constituição Federal de 1988, fica firmado o dever do Estado com a educação infantil mediante a garantia de atendimento (não obrigatório) em creches e pré-escolas, ou seja, às crianças de zero a seis anos de idade, com isso provocando mudanças qualitativas no discurso oficial sobre a criança e sua educação, refletindo ademais, nas propostas educativas.

Anos depois, o artigo 208 da CF através da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, destaca: "I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17

(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Constituição da República Federativa do Brasil (2012, p. 221).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/96) define legalmente a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, esse nível de ensino conquistou um respaldo legal inédito:

Sua finalidade, definida no texto legal, é o desenvolvimento integral da criança em seus vários aspectos da vida social e afetiva, numa ação articulada à família e à comunidade (Art. 29). Nessa perspectiva, o art. 30 garante que a educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Ao longo dessas reformas, uma das ações mais concretas viabilizadas no âmbito das reformas no sistema educacional brasileiro diz respeito ao documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998). Este documento apresenta-se como um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade para a Educação Infantil. Ele está organizado de forma instrumental e didática, apresentando eixos de trabalho com os respectivos objetivos, conteúdos e orientações didáticas diferenciadas para as faixas etárias de zero a seis anos. Sua versão final foi divulgada em outubro de 1998.

Em 2006, a Coordenadoria de Educação Infantil - COEDI apresentou o documento Parâmetros Nacional de Qualidade para a Educação Infantil. Este documento apresenta referências de qualidade para a educação infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de educação infantil, no sentido de contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais, levando em conta as diferenças, as diversidades culturais e as desigualdades presentes em nosso país.

O intuito da COEDI é de descentralizar a administração das políticas públicas para a educação infantil e instigar um amplo debate com todos os envolvidos com esse segmento. O referido documento possui o propósito de contribuir efetivamente para a construção de um processo democrático de

incorporação das políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos (TRAJANO; MEDEIROS, 2015).

Nesse sentido o documento por ter sido constituído deliberativamente apresenta um discurso afirmativo no sentido de motivar a participação crítica e ativa do leitor, além de apontar referências de qualidade tanto para a Educação Infantil como para os sistemas de ensino, “possibilitando perspectivas que permite o controle social recíproco das instâncias envolvidas no cuidado e na educação de crianças de 0 até 6 anos”, (COEDI,2006, p 9).

Desde então, a Educação Infantil vem sendo alvo de profundas mudanças, como também o olhar sobre a criança e a forma como ela aprende, passando por reflexões. Segundo o RCNEI (2009, p.7):

O campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Em 2009, o MEC, através da secretaria de educação básica lança os Indicadores de qualidade na Educação Infantil, um instrumento de auto avaliação da qualidade das instituições de educação infantil, por meio de um processo participativo, aberto a toda comunidade. Esse documento visa promover uma reflexão coletiva através dos seus indicadores na perspectiva de juntos encontrarem “seu próprio caminho na direção de práticas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudarem a construir uma sociedade mais democrática”, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009, p.9).

De acordo como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010), toda instituição de educação infantil deve ter uma proposta pedagógica ou projeto político pedagógico, como plano orientador das ações e metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. Para isso, tal documento deve ser elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, professores e toda comunidade escolar.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE em 2013, documento que passou pelo processo de tramitação durante 2 anos no congresso,

trouxe implicações para as proposições políticas para a educação infantil. O PNE é constituído por 12 artigos com 20 metas e promete fortalecer a educação brasileira, destinando 10% do produto interno bruto nacional – PIB no fortalecimento da educação. É um plano decenal e terá validade até 2024.

A primeira meta do PNE faz referência à educação infantil, sendo registrado que:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (AGUIAR E DOURADO, 2014, p. 16)

O investimento na educação infantil é um dos grandes desafios do Plano Nacional da Educação, mais precisamente na educação de 0 a 5 anos. Para isto, ele conta com o apoio dos estados e dos municípios para uma maior articulação com a União.

A partir de todo esse viés construído dentro da história e tendo como protagonista a Educação Infantil é notável que muitas foram as mudanças e que muitas delas tiveram um papel imprescindíveis para o patamar que se vislumbra hoje.

Contudo apesar de tantas inferências e construções acerca de políticas que norteiam e consubstanciam os parâmetros para a Educação Infantil, ainda percebem-se arestas que necessitariam de um olhar mais sensível. As questões ligadas ao desenvolvimento emocional, afetivo e psicossocial nem sempre são visíveis. Quanto a esse respeito, um dos mais recentes documentos Nacionais “A escuta da Criança e do adolescente em situação de violência sexual” destaca:

Ao considerar a na sua totalidade, além de observar a sua relação com a escola, com a sociedade e seus determinantes econômicos e políticos, é relevante contemplar a dimensão da sexualidade infantil, negada historicamente. A base conceitual sobre a sexualidade infantil data do começo do século passado e, ainda hoje, nem sempre é conhecida ou aceita por parte dos profissionais que se ocupam de crianças, até mesmo educadores. BRASIL (2014, P. 58)

Alude-se neste aspecto que as crianças necessitam também de serem respeitadas e orientadas acerca do desenvolvimento de sua sexualidade,

principalmente pelos profissionais que estão mais próximos das mesmas e tem contato diário e direto com elas, e a sexualidade dos pequenos sendo um tema que se configura em um conteúdo de suma importância para ser conhecida por todos os educadores e principalmente para os que lidam com as crianças, os PCNs, ainda nesta mesma abordagem esclarecem que:

O papel de problematizador e orientador do debate, que cabe ao educador, é essencial para que aprendam a refletir e tomar decisões coerentes com seus valores, no que diz respeito à sua própria, sexualidade, ao outro e ao coletivo, conscientes de sua inserção em uma sociedade que incorpora a diversidade. (BRASIL 2001, p. 302).

Esse tema sempre suscitou indagações, dúvidas e continua permeando debates, provocando reações que nem sempre são aceitas por alguns que fazem parte da Educação, deixando a margem práticas necessárias ao desenvolvimento emocional da criança. Os parâmetros curriculares Nacionais em seus temas transversais que trata da orientação sexual (2001. p. 287) traz como objetivo: “Promover reflexões e discursões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade”. Ou seja, deixando cada vez mais claro a necessidade dessa discussão.

Ainda sobre essas orientações o RCNEI apresenta, trata que:

Tanto nas famílias como na instituição, as explorações sexuais mobilizam valores, crenças e conteúdos dos adultos, num processo que nem sempre é fácil de ser vivido. Sobretudo se virem na curiosidade e exploração das crianças a conotação de promiscuidade ou manifestação de algo “anormal” (RCNEI, 1998, p. 18)

Deixando claro para o adulto que ao presenciar alguma das manifestações desta sexualidade infantil, deve agir com a maior naturalidade possível, e caso venha a orientar, que o faça com segurança e sem julgamento de valor. Esse mesmo documento alude também à necessidade de autoconhecimento do professor em relação as suas próprias reações frente ao assunto: “A tendência é que, quanto mais tranquila for a experiência do adulto no plano de sua sexualidade, mas natural será a sua reação às explorações espontâneas infantis. ” (BRASIL 1998, P. 18). A

resistência em abordar esse conteúdo pode segundo esse relato, tratar-se de insegurança em relação a sua própria sexualidade.

3.METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória por se tratar de um estudo científico onde foi considerado o objeto de estudo a que se propôs a investigar, buscou-se também respaldo metodológico na abordagem qualitativa da pesquisa, levando em consideração a compreensão densa de fenômenos sociais e educacionais (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2001).

Essa abordagem possibilita adentrar em uma realidade que muitas vezes não pode ser quantificada, respondendo a questões muito singulares (SPINDOLA; SANTOS, 2003). Para que houvesse mais aproximação com os resultados, utilizou-se da pesquisa quantitativa que segundo Santos (2014), “O levantamento tem como característica principal a interrogação direta de pessoas sobre um determinado assunto, por meio de questionários”.

Em relação à coleta de dados foram aplicados questionários com perguntas objetivas e subjetivas, pois de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 69)

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

A interação entre o pesquisador e os envolvidos na pesquisa, possibilita uma apropriação maior em relação ao conhecimento do objeto de estudo. A adesão dos envolvidos deu-se mediante a assinatura do termo de Consentimento Livre, onde se esclareceu aos mesmos, que suas identidades serão preservadas, como também suas opiniões respeitadas.

No que diz respeito à observação direta, esta permite que o fenômeno seja diretamente analisado tendo em vista que o observador realiza uma interação direta com este.

Acredita-se que o uso desses instrumentos metodológicos permitirá alcançar um conjunto significativo de informações capazes de garantir a análise e os resultados subjacentes a presente intenção da pesquisa.

4.RESULTADOS

4.1 O LÓCUS DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

A instituição escolhida foi a Creche Municipal do município de Currais Novos. Essa instituição apresenta o maior número de matrícula nesta modalidade de ensino no Município.

A referida creche recebe crianças de 2 a 5 anos de idade, nos turnos matutino e vespertino, atualmente apresenta um quadro 380 crianças matriculadas, sendo 220 no turno matutino e 160 no turno vespertino.

Quanto à estrutura física, a Creche conta com 10 salas de aula, funcionando com 19 turmas, sendo 11 turmas pela manhã e 7 turmas à tarde. Para suprir as necessidades do turno matutino é utilizada 1 sala cedida pelo CCI (Centro de Convivências dos Idosos - Prédio anexo). Conta também com 01 sala de AEE (atendimento educacional especializado - ainda sem funcionamento), 1 sala de professor e 1 sala única para funcionamento da secretaria e direção. Ainda dispõe de banheiros masculinos e femininos adaptados para o público infantil e para crianças com deficiências, 2 banheiros para professores e servidores em quantidades adequadas, espaço coberto para eventos, um pátio amplo, onde as crianças brincam na hora das recreações livres e um playground, dispõe de algumas condições básicas de acessibilidade, como: rampas, banheiros adaptados – portas largas. Os mobiliários e os equipamentos ainda não são acessíveis à realidade das crianças.

Considerada modelo pelo seu trabalho que desenvolve junto a educação do município, com projetos que vão desde a entrada da criança na creche até a sua saída. A direção é formada por indicação da gestão do município.

Os sujeitos que fizeram parte do estudo são:1 diretora, que é pós-graduada, 2 coordenadoras pedagógicas, uma Especialista em educação infantil e a outra Mestre em Ciências da educação. Dos professores envolvidos, 5 são Especialistas em Educação Infantil, 4 são graduados em Pedagogia, apenas 1 com formação

inicial, num total de 10. Todos os sujeitos questionados são do sexo feminino, ambas com idade de 30 a 50 anos e com mais de 10 anos de atuação como professoras desse segmento de ensino.

4. 2 CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE NA SALA DE AULA

Nesse tópico serão apresentados os dados advindos da aplicação de questionários, bem como os sentidos e significados atribuídos a temática na concepção de diferentes profissionais da educação.

A seguir, será descrita a concepção do gestor acerca da sexualidade na educação infantil. A temática não se apresenta como transversal ao planejamento e prática pedagógica. O gestor expressa que o trabalho acerca desse tema se restringe as demandas elucidadas no contato com os docentes e discentes na educação infantil. Nas palavras do diretor:

O tema sexualidade é discutido nas práticas pedagógicas da Creche quando percebemos que o assunto é de interesse das crianças. ao percebemos que as crianças estão curiosas ou estão praticando atos que dizem respeito à sexualidade, montamos um projeto de ensino para tratarmos do assunto (QUESTIONÁRIO GESTOR).

Na pesquisa de Marola, Sanches e Cardoso (2011), a temática da sexualidade nas vivências do adolescente estava associada a estereótipos e preconceitos acerca do diálogo sobre o tema. Essa pesquisa ressalta esses dilemas na adolescência e os dados elencados no nosso estudo revelam que esses desafios se iniciam na infância influenciando os conceitos e representações acerca da sexualidade na educação infantil.

As interfaces sexualidade e escola se revelam como desafio, pois os profissionais da educação expressam os tabus acerca do tema desde a fase de formação inicial de preparação para a docência. Na visão do gestor, a ausência de momentos formativos e de construção de conhecimento acadêmico sobre a sexualidade pode rebater nas concepções equivocadas e tabus acerca do tema na escola:

O tema sexualidade traz insegurança e é um desafio tratarmos dessa temática com crianças, visto que não possui uma fundamentação consistente nessa área (QUESTIONÁRIO GESTOR).

No discurso do diretor é relevante abordar a temática da sexualidade no contexto da educação infantil:

É muito comum as crianças falarem ou até praticarem atos relacionados com a descoberta da sexualidade nesta faixa etária, e o que fazemos, procuramos conversar e esclarecer as crianças sobre suas atitudes (QUESTIONÁRIO GESTOR).

As diretrizes curriculares para Educação Infantil apontam para um olhar analítico acerca da sexualidade no desenvolvimento da criança e suas implicações para a organização das práticas pedagógicas. Faz-se necessário ainda criar estratégias de orientação e intervenção, além de compreender a relevância dessa temática na proposta curricular:

As creches e pré-escolas na elaboração de proposta curricular de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências. (BRSIL, 2010, p. 27).

Essas são reflexões que podem nortear as reuniões de cunho pedagógico e administrativo, de forma que a comunidade escolar tenha acesso a tais informações para subsidiar as práticas. Ainda na visão da direção em relação as reuniões com os pais o tema sexualidade não é uma prioridade:

Raramente abordamos o tema sexualidade nas reuniões, isso acontece quando percebemos que o problema está muito acentuado (QUESTIONÁRIO GESTOR).

No entanto fica evidente em sua percepção gestora que a formação dos professores acerca do tema sexualidade é fundamental:

Essa formação é extremamente importante e deve sim fazer parte da formação do professor de todos os níveis, porém como é na Educação Infantil onde se observa uma maior necessidade de orientações, se torna indispensável (QUESTIONÁRIO GESTOR).

No que se refere às percepções da equipe da coordenação pedagógica, o coordenador C1, aponta que o tema só é tratado: “em situações que surge no dia-a-dia” já o C2 enfatiza a utilização dessa temática na interface com a identidade:

Infelizmente ainda não realizamos nem um projeto que envolva a sexualidade propriamente dita, apenas os gêneros e suas diferenças e semelhança quando abordamos a identidade das crianças (QUESTIONÁRIO COORDENADOR 2).

Nesta perspectiva é importante ressaltar que o professor só receberá orientação a esse respeito caso aja alguma necessidade, deixando o mesmo fora do campo de prioridades. Já em relação a formação sobre o tema sexualidade o C1 relatou que não possui e acrescentou: “Acho interessante me aprofundar ainda mais sobre o tema, para poder contribuir ainda mais com a equipe. ” O C2 apenas ressaltou que não tem nenhuma formação nesta área.

Tratar de temas que exige conhecimentos mais profundos, necessita também de uma formação específica. Sexualidade se configura em um conteúdo de suma importância para ser conhecida por todos os educadores e neste contexto principalmente para os que lidam com as crianças.

Quanto à visualização de manifestação da sexualidade das crianças na instituição, os dois coordenadores apresentaram seus relatos:

Fui comunicada pela professora, à orientei no sentido que aquela situação era uma imitação do que a criança está presenciando, seja em casa, tv ou outros (QUESTIONÁRIO COORDENADOR 1).

Iniciei um processo de observação discretamente, conversei com crianças e professores, buscando compreender aquele momento que a criança estava vivendo (QUESTIONÁRIO COORDENADOR 2).

Percebe-se que não há uma consonância nas ideias em relação às orientações. As situações são interpretadas como reflexo do cotidiano. Quanto a essa necessidade de formação Esteves (2000), fala que:

A escola, tem a obrigação de preparar os professores principalmente de educação infantil, para uma melhor postura diante da situação que envolva a sexualidade, assim, esclarece as dúvidas sem causar a erotização precoce. (ESTEVES, 2000, p.8)

Quanto a comunicação com as famílias acerca de casos envolvendo seus filhos em situações que despertam a sexualidade das crianças, percebe-se que não se tem um cuidado ou prioridade no diálogo na concepção da coordenação pedagógica. São essas discussões que permeiam e dão suporte ao cotidiano da instituição.

Os dois coordenadores ressaltam o estudo sobre a sexualidade na formação continuada dos professores, bem como na revisão das propostas curriculares na educação infantil.

A articulação e orientação dos conteúdos que devem ser permeados nos planejamentos e propostas, também são de responsabilidade do coordenador como orientador educacional, nas palavras de Porto:

O orientador educacional é – entre os profissionais da escola – um dos que deve estar mais atentos e mais capacitados a reconhecer e a proporcionar momentos que facilitem o sentir, o pensar e o fazer conscientes, a fim de que possam ser, simultaneamente, sentir-se, pensar-se e fazer-se. Em outras palavras, o fazer do orientador educacional implica ajudar – afinal, ele é um profissional de ajuda. (PORTO, 2009, p. 65)

Neste enfoque percebe-se que este profissional deveria conhecer e tratar de temas que favoreçam o desempenho dos professores, e ter ciência de que o tema sexualidade faz parte do desenvolvimento da criança.

Serão apresentadas a seguir as percepções e concepções dos professores acerca da temática sexualidade na Educação Infantil.

Quanto ao planejamento pedagógico e suas interfaces com a temática da sexualidade P1 declarou:

Os planejamentos relacionados ao tema sexualidade só são realizados, quando ocorre alguma situação entre as crianças e seja necessária essa intervenção, mas quando isso não acontece não é um tema abordado no dia-a-dia (QUESTIONÁRIO P1).

Em relação a formação inicial ou continuada sobre o tema sexualidade, a maioria dos entrevistados responderam que não tiveram acesso a cursos ou momentos formativos sobre a temática. Os professores expressam:

Mas não me impede de trabalhar pois existe leituras diversas sobre o tema e sinceramente eu gosto. Não sinto “vergonha” (QUESTIONÁRIO P2).

Além da nossa prática e leitura, tivemos também abordado esse tema pelo PROERD (QUESTIONÁRIO P3).

Existe sim uma formação inicial, porém acredito ser pouca devido a amplitude do tema (QUESTIONÁRIO P8).

A única formação são a internet que quando necessitamos recorremos a esse meio de pesquisa (QUESTIONÁRIO P4).

A formação do professor independente do conteúdo e neste caso da sexualidade na infância, mesmo não existindo essa capacitação por parte da instituição, que também deveria se propor a oferecer esse estudo, porém não o faz, o próprio professor precisa ir em busca deste conhecimento, pois ele será extremamente necessário para o desenvolvimento de suas práticas pedagógica frente as crianças:

É necessário que os professores possam reconhecer valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos (BRASIL, 2001, p. 303).

A pesquisa também buscou saber se os educadores já haviam presenciado algum tipo de manifestação desta sexualidade em sala de aula e como agiram diante do ocorrido.

A maioria respondeu que sim já haviam presenciado alguma cena neste aspecto e agiram de formas diferentes P2 colocou:

Tratei com naturalidade e aos poucos fomos sanando as curiosidades dos pequenos. É uma “grande” descoberta (QUESTIONÁRIO P2).

Enquanto que outros professores relataram que:

Conversei com a criança e mostrei a ela a importância de preservar o órgão sexual e sua função e os perigos de mostrar para estranhos (QUESTIONÁRIO P10).

Aproveitei a situação e conversei com a turma sobre o assunto (QUESTIONÁRIO P5).

No relato de uma criança, após uma aula do PROED, um contato de um padrasto, conversamos com a mãe e a questionamos (QUESTIONÁRIO P3).

Em algumas situações não intervi, em outras fiz questionamentos e conversas sobre a situação (QUESTIONÁRIO P8).

Essa fala reforça ainda mais que não se pode burlar informações necessárias a vida da criança, apenas por considera-las pequenas e imaturas para serem orientadas de tais assuntos. Buscar formas adequadas para direcionar os conteúdos também é uma das arguições do professor. Isso é evidente na citação a seguir:

Os professores devem ser capazes de refletir sobre sua própria prática, evitando subterfúgios que, além de constituírem uma tentativa oculta de fazer a cabeça da criança, chegam a ser percebidas mesmo pelos pequenos e têm o objetivo de orientá-los para uma atitude passiva, de conformismo e de submissão. (SCHULTZ, 2004, p. 32)

Na ocorrência de situações onde os pequenos manifestaram impulsos de sexualidade, a comunicação com a família, segundo os professores:

Algumas situações não foram necessárias comunicar a família, mas em outros a família foi comunicada e acabamos resolvendo a situação onde os pais reagiram de forma bem natural (QUESTIONÁRIO P8).

A princípio a mãe ficou preocupada, mas com tranquilidade (QUESTIONÁRIO P10).

Até sem dá importância, por não acreditar no relato da criança, pois indicava ser o seu companheiro (QUESTIONÁRIO P3).

Ressalta-se a ação da família, em ser comunicada em tudo que diz respeito aos filhos, principalmente nas questões ligada a sexualidade. “O trabalho de orientação sexual compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família “ (BRASIL, 2001, p.304).

A apropriação desses conhecimentos por parte dos educadores é fundamental para saber lidar com situações diversas que possam surgir. Observar a criança e sua reação após o ocorrido é muito importante.

Vislumbrar novos olhares e saberes é uma necessidade eminente em todas as áreas da educação, e esse olhar se torna mais sensível e exigente, quando se trata da Educação Infantil. Lidar com a criança e entender todo o universo infantil e perceber seu processo de desenvolvimento, há de ser ter uma formação específica e continuada. Schultz (2004, p. 52), relata que uma formação cuidadosa e adequada dos professores para a Educação Infantil poderá construir uma força positiva, favorecendo o desenvolvimento integral da criança, mas que para isso ocorra é necessário uma estreita interação entre os professores bem formados e a família em geral.

A escola é o lócus da maestria em disciplina. Ela, por mais que tenha veiculado normas objetivas para disciplinar e formalizar os comportamentos, sobretudo para disseminar a sexualidade, não detém os impulsos naturais que jorram dos corpos e das almas, que pervertem a norma. (LIMA JUNIOR, 2008, p. 40).

Seria importante o tema sexualidade fazer parte da grade curricular dos cursos de formação de professores, principalmente os da Educação Infantil, esse também foi um dos olhares da pesquisa.

Todos os dias buscamos aprender e esse aprendizado permanente deve ser em todas as áreas e esse tema ainda temos muito a aprender, portanto é muito importante (QUESTIONÁRIO P1).

P8 reconhece a importância da formação nesta área.

Na minha opinião esse tema deveria fazer parte do currículo da Educação Básica até a superior, a ignorância, nos deixa presos a pré-conceitos e nem sabemos o porquê. Se tivéssemos conhecimentos saberíamos trabalhar melhor (QUESTIONÁRIO P8).

Na opinião de P9 essa formação deveria atingir também as famílias:

Esse tema deveria ser bastante visto por toda família principalmente neste nível de escolaridade, onde as crianças passam por descobertas, ou até mesmo ocorrências de violência sexual no lar. A educação poderá auxiliar de alguma forma a orientar e esclarecer tais fatores por profissionais cooperando para o bem de toda

comunidade. Por isso que eu sou a favor desse conteúdo na grade curricular dos cursos de graduação.

Partindo dessa necessidade de formação, e da importância posta a ela, o educador deve buscar suprir suas expectativas diante dos conteúdos que julgar importantes e pertinentes a sua prática. Quanto a esse fim, Bueno (2002) alerta que:

Percebe-se a necessidade de uma formação de professores integrando aspectos pessoais, organizacionais, coletivos e pedagógicos, uma formação orientada pela reflexão sobre o vivido, pela interpretação teórica da prática, pela partilha coletiva, pelo rompimento com os esquemas tradicionais curriculares (compartimentação), valorizando-se a transdisciplinaridade e conhecendo-se e discutindo-se experiências curriculares inovadoras. (BUENO, 2002, p. 33)

Neste contexto é eminente que mesmo não tendo tido acesso a uma formação específica para desenvolver ou abordar determinados temas, hoje é necessário que o faça. As questões de cunho político e social, de certa forma são as que mais necessitam do olhar sensível por parte da educação e dos educadores, em virtude de sua pertinência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação infantil, espaço de adaptação e interações, primeira etapa da educação básica, segundo a LDB. É nesta modalidade de ensino na qual o sujeito começa a estabelecer relações com as outras crianças, com professores entre outros. É necessário que esse momento seja bem consolidado e acompanhado de perto pela família. É durante esse processo que também ocorrem as descobertas do corpo e suas diferenças, com isso proporcionando impulsos inconscientes e manifestações de sua sexualidade.

Após todo o processo de investigação e análise dos resultados, foi possível observar que a instituição que é referência na educação do município, não apresenta uma proposta que contemple o tema sexualidade infantil, ou como lidar com as manifestações da sexualidade das crianças. O tema não faz parte dos planejamentos e não são desenvolvidas práticas pedagógicas que envolvam essa temática, o mesmo também não é prioridade e nem discutido nas reuniões de pais,

contrariando o direito que a criança tem de conhecer e entender o que ocorre com seu corpo e também como forma de proteger-se de algum tipo de agressão.

Apesar de vários estudiosos e pesquisadores, suscitarem essas questões, ainda não ocorreram às mudanças necessárias. Contudo acredita-se que este estudo possa auxiliar na reelaboração da proposta pedagógica da Creche Municipal, como também abrir espaço para novos estudos.

6.REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de, CENTA, Maria de Lourdes. **A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n1/a12v22n1.pdf>. Acesso em 20/05/2016.

BERGER, Maria virginia Bernardi. **Psicologia da educação 2** / Maria Virginia Bernardi Berger, Neiva de Oliveira e Priscila Larocca. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia/** Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. 14^a. Ed. reform. A ampl. – São Paulo: Saraiva, 2008

BRASIL **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual : aspectos teóricos e metodológicos** : guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes / organizadores, Benedito Rodrigues dos Santos, Itamar Batista Gonçalves, Gorete Vasconcelos ; (coords.), Paola Barbieri, Vanessa Nascimento – Brasília, DF : EdUCB, 2014

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara

Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica**. Brasília, 2013.

COSTA, Elis Regina da, OLIVEIRA, Kênia Eliane de, A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. 2011 - **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG**. Itinerarius Reflectionis. Disponível em: revistas.ufg.br/rir/article/download/20332/19287. Acesso em: 05/06/2016.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos**. 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

KLEIN, Melanie. **Objeto interno e fantasia inconsciente**. Coleção Memória da Psicanálise/Viver Mente e cérebro, Rio de Janeiro: Duetto, 2006

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 7. ed.- São Paulo: Atlas 2010.

MAROLA, Caroline Andreia Garrido; SANCHES, Carolina Silva Munhoz; CARDOSO, Lucila Moraes. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 33, p. 95-118, dez. 2011

MELLO, Maria Celina P. S. Anhaia. **A técnica e a linguagem do brincar**. Coleção memórias da psicanálise - revista Viver mente&cérebro. 2006.

MORA, Estela. **Psicopedagogia Infanto-Adolescente: a Infância: do segundo até o oitavo ano de vida**. ed. MMXI. s.l. Ed. CULTURAL, s.d. 2005.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores associados, 2000.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (Orgs.). **Pesquisa Educacional: quantidade -qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHULTZ, Lenita Maria Junqueira. **A integração professor-bebê – rompendo a casca do ovo/** Lenita Maria Junqueira Schultz. Brasília: Editora Plano, 2004.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(Dora)? **Revista Especial Enfermagem**, n.37, São Paulo: USP, 2003, p.119-126.

ZORNIG, Silva Maria Abu-Jamra. **As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1a08.pdf>. Acesso em 18/06/2016.

